

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – SMMUR

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Rafael Murta Resende – Superintendente de Mobilidade (SUMOB)

AMPLA PARTICIPAÇÃO SEM O TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LC 123/06,
NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de 100 (cem) ônibus de propulsão elétrica para operação nas linhas do sistema de transporte coletivo por ônibus municipal, de acordo com o detalhamento previsto no Manual de Especificações para Ônibus Elétricos - Apêndice I e no Layout para Ônibus Elétricos – Apêndice II, bem como nas condições e detalhamentos estabelecidos neste Termo.

1.2. Classificação e principais características do objeto:

1.2.1. Veículo do tipo BRT Misto de propulsão elétrica, com conceito de BRT 5 (cinco) portas com características de carroceria para operação nas linhas do sistema de transporte coletivo por ônibus municipal.

1.2.2. Principais características:

- a) Potência: mínimo de 145 kW nominal.
- b) Torque: mínimo de 900 Nm nominal nas rodas motrizes.
- c) Suspensão: pneumática.
- d) Transmissão: automática, se existente.
- e) Autonomia: superior a 250 km com ar-condicionado desligado e sem passageiros.
- f) Capacidade de bateria: mínimo de 337 kWh.
- g) Capacidade de rampa: mínimo de 15%.
- h) Tipo de carregamento: *plug-in* tradicional.
- i) Padrão de plug de carregamento: CCS2.
- j) Comprimento: entre 12.400 e 14.000 mm.

- k) Largura: máximo de 2.500 (+ 100) mm.
- l) Peso bruto total (PBT): mínimo de 16.000 kg.
- m) Medidas dos pneus: 295 x 80 x 22,5 mm.
- n) 3 (três) posições de portas à direita, sendo: 1 (uma) no balanço dianteiro, 1 (uma) no entre eixos e 1 (uma) no balanço traseiro.
- o) 2 (duas) posições de portas à esquerda, sendo: 1 (uma) no entre eixos e 1 (uma) no balanço traseiro, com distância entre portas de no máximo 5,7 metros
- p) Plataforma elevatória veicular (elevador) na porta central direita;
- q) Rampa de acesso veicular nas duas portas à esquerda;
- r) Altura do patamar de embarque de 950 ± 20 mm.

1.3. O objeto desta contratação será licitado em **5 (cinco) lotes** para permitir que um número maior de empresas participe do certame. Isso está alinhado com o princípio da ampla competição, que busca atrair o maior número possível de licitantes, aumentando as chances de obtenção de propostas mais vantajosas. Além disso, considerando o expressivo volume de aquisições concomitantes em função do Novo PAC – Mobilidade Urbana Sustentável – Refrota Setor Público que está financiando a aquisição de 4.024 (quatro mil e vinte e quatro) ônibus elétricos em todo o país, a divisão em lotes possibilitará a entrega dos veículos no prazo estipulado pela Administração.

1.3.1. Se a mesma empresa arrematar mais de um lote, a contratação deverá ocorrer pelo menor valor unitário apresentado, sob pena de desclassificação do licitante no lote em que ofertar o maior preço unitário.

1.3.2. Sendo os lotes arrematados por diferentes licitantes, o percentual de diferença entre os preços unitários ofertados não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) em relação ao menor preço, sob pena de desclassificação da proposta de maior valor.

1.3.2.1. A negociação ocorrerá após finalizado o lote que tiver obtido o menor valor ofertado.

1.4. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.5. A aquisição a ser contratada foi parcelada, na forma do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista a viabilidade técnica e econômica.

1.6. Conforme previsto no Manual para Contratação de Propostas no Âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, na Área de mobilidade urbana, para o subeixo renovação de frota para o setor público:

1.6.1. A aquisição de veículos para renovação de frota objeto do programa deverá atender aos critérios de conteúdo local no âmbito da Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições - CIIA-PAC, instituída pelo Decreto n.º 11.630/2023.

1.6.2. Os requisitos de conteúdo local aplicáveis aos editais para aquisições no âmbito do PAC serão os estabelecidos na metodologia vigente de Credenciamento Finame (CFI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

1.6.2.1. Os veículos e equipamentos a serem adquiridos devem estar credenciados junto ao Credenciamento Finame do BNDES (CFI-BNDES), com Código Finame válido, de acordo com as regras de conteúdo local definidas pelo BNDES.

1.6.2.2. Os produtos credenciados podem ser consultados pelo seguinte endereço:
https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo

1.6.3. Os veículos sobre pneus a serem adquiridos pelo programa deverão possuir identificação visual da fonte de financiamento dos veículos (Fundo Clima/BNDES), da tecnologia de propulsão (Elétrico) e a logomarca do Governo Federal do Novo PAC.

1.6.3.1. O posicionamento das logomarcas será definido pela SUMOB em momento oportuno.

1.7. Da Contratação

1.7.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de Contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital de licitação.

1.7.1.1. O prazo de vigência da contratação será de 20 (vinte) meses, contados da emissão da Ordem de Fornecimento – OF, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.7.2. Para a assinatura do Contrato, o Adjudicatário deverá estar devidamente cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas na fase de habilitação.

1.7.2.1. Se o Adjudicatário não for cadastrado no SUCAF, ou se houver pendências no cadastro, a empresa deverá requerer o seu cadastro ou a sua regularização e informar o número do protocolo para a Diretoria Administração e Finanças (DRAF) da SUMOB no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação do Órgão.

1.7.2.1.1. O documento constando o número do protocolo deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail: draf-mob@pbh.gov.br.

1.7.2.2. O procedimento e a documentação necessária para cadastro ou regularização no SUCAF estão disponíveis no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/sucaf>.

1.7.2.3. O cadastro regular deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da convocação citada no subitem 1.7.3, podendo ser prorrogado mediante solicitação do Adjudicatário, devidamente justificada.

1.7.2.4. Na hipótese de o Adjudicatário não apresentar o cadastro do SUCAF no prazo previsto no subitem anterior, poderá a Administração restaurar a sessão pública e convocar os licitantes remanescentes, segundo a ordem classificatória, para negociação.

1.7.3. O Adjudicatário deverá assinar o Contrato em até 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva convocação.

1.7.3.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Adjudicatário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

1.7.3.2. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no subitem 1.7.3, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará o licitante vencedor às penalidades cabíveis.

1.7.4. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado.

1.7.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 10/12/2025.

1.7.4.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE),

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.7.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.7.4.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

1.7.4.4.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

1.7.4.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

1.7.4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.7.4.7. O reajuste poderá ser realizado por termo aditivo ou por simples apostila.

1.7.5. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação e reajuste de preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a contratação da seguinte forma:

A contratação justifica-se pela necessidade de Belo Horizonte avançar na modernização e sustentabilidade do transporte público. Como a 6ª (sexta) cidade mais populosa do Brasil, com elevada densidade demográfica, o município enfrenta desafios crescentes de mobilidade e qualidade ambiental. Nas últimas décadas, a cidade vem consolidando um marco regulatório consistente, por meio do Plano Diretor, do Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob-BH) e do Programa de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (PREGEE), além de compromissos internacionais assumidos, como o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia. Estes instrumentos estabelecem metas claras para a transição da matriz energética do transporte coletivo, incluindo a substituição de combustíveis fósseis e a ampliação do uso de veículos de baixo impacto ambiental.

Desde 2015, Belo Horizonte vem realizando estudos, testes e projetos-piloto de eletromobilidade, em parceria com instituições como o WRI, o Banco Mundial e o Fundo de Tecnologia Limpa, que comprovaram a viabilidade técnica e operacional dos ônibus elétricos nas condições específicas da cidade, incluindo relevo acentuado e variações climáticas. Esses projetos permitiram acumular conhecimento técnico e delinearam modelos de financiamento, fornecendo embasamento sólido para a adoção da frota elétrica. Em 2022, no âmbito do projeto “Transição para a Eletromobilidade nas Cidades Brasileiras”, foi estabelecida a visão de que, até 2040, metade da frota municipal deverá ser elétrica, e objetivos como redução de emissões, atração de usuários para o sistema e diminuição dos custos operacionais.

A substituição de ônibus a diesel por veículos elétricos traz benefícios ambientais, sociais e econômicos. Estima-se a redução de aproximadamente 11.800 toneladas de CO₂ por ano, além da diminuição significativa da poluição sonora, da melhoria da qualidade do ar e da consequente redução de doenças respiratórias e cardiovasculares na população. Em testes realizados, constatou-se ainda maior conforto e segurança para usuários e motoristas, bem como percepção positiva por parte da população. Do ponto de vista econômico, embora o investimento inicial seja superior, o custo total de propriedade tende a ser menor devido à redução de despesas com manutenção e operação, somado à perspectiva de incentivos fiscais e subsídios governamentais.

Assim, a aquisição de ônibus elétricos é caracterizada como uma iniciativa estratégica, alinhada às metas do PlanMob-BH e ao compromisso do município de Belo Horizonte com a mitigação das mudanças climáticas. Trata-se de um passo fundamental para a inovação da mobilidade urbana, a melhoria da qualidade de vida da população e a consolidação de um transporte coletivo mais eficiente, sustentável e atrativo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta compreende a aquisição, entrega e recebimento de 100 (cem) ônibus de propulsão elétrica, tipo BRT Misto, com configuração de BRT 5 (cinco) portas, devidamente especificados neste Termo e no Manual de Especificações - Apêndice I, destinados à operação no Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Belo Horizonte.

O ciclo de vida abrange a fabricação e o fornecimento dos veículos em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as legislações federal, estadual e municipal vigentes. Inclui, ainda, a definição de garantia para os principais sistemas e componentes, assegurando assistência técnica integral durante esse período, com a realização de manutenções corretivas

e preventivas e prazos diferenciados de atendimento, de acordo com a complexidade das ocorrências.

Adicionalmente, estão previstos programas de treinamento teórico e prático para motoristas, contemplando direção econômica, segurança operacional e procedimentos de emergência. Prevê-se também a capacitação técnica específica de mecânicos, eletricitas e demais profissionais de manutenção, com fornecimento de materiais didáticos e suporte técnico contínuo ao longo do período de garantia.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da indicação de marca(s) ou modelo(s)

4.1.1. Não será exigida marca ou modelo específico para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

4.2. Da exigência de prospectos/manuais

4.2.1. Juntamente com a proposta de preços ajustada, o licitante deverá apresentar o Prospecto Técnico Ilustrativo e/ou Catálogo do bem contendo as especificações técnicas para análise e conferência com as especificações do objeto licitado.

4.3. Subcontratação

4.3.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado.

4.4. Da participação de consórcios

4.4.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

4.4.1.1. Será exigido das empresas consorciadas, para fins de qualificação econômico-financeira, acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido dos licitantes individuais.

4.5. Garantia Contratual

4.5.1. Exigir-se-á do Adjudicatário, previamente à assinatura do Contrato, a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.1.1. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.

4.5.1.2. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal em conta corrente a ser informada pelo Contratante.

4.5.1.3. No caso de opção pela modalidade de seguro garantia, a adjudicatária terá 1 (um) mês, da data da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, para apresentar a garantia ao Contratante.

4.5.1.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.5.1.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil – BCB -, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.5.1.5.1. A garantia prevista acima deverá ser efetuada em banco público controlado pela União.

4.5.1.5.2. A fim de comprovar o valor econômico do título, o Contratado deverá apresentar a correspondente memória de cálculo, bem como a previsão legal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN – ou equivalente.

4.5.1.5.3. Na hipótese de vencimento do título, a garantia deverá ser substituída, facultando-se ao Contratado a escolha de uma nova modalidade dentre as previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.1.6. Caso a opção seja por utilizar o título de capitalização, este deverá ser comercializado pelas sociedades de capitalização regularmente autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

4.5.1.6.1. O título poderá ser na modalidade instrumento de garantia, disciplinado pela Resolução nº 384 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP –, de 9 de junho de 2020, ou pela que vier a lhe substituir.

4.5.1.6.2. Em caso de quebra do contrato principal, o título deve possibilitar ao cessionário o resgate, a qualquer tempo, do valor total garantido em contrato enquanto durar sua vigência.

4.5.1.6.3. O título deverá conter cláusula que assegure o pagamento à Administração Pública em caso de inadimplência do Contratado.

4.5.1.6.4. Na ficha de cadastro deverá constar em destaque a mensagem: “Este título será utilizado exclusivamente para assegurar o cumprimento de obrigação assumida, em contrato principal, pelo titular perante terceiro”.

4.5.2. O instrumento de garantia deverá ter prazo de vigência, no mínimo, igual ao do Contrato principal a que se refere, devendo acompanhar as modificações relativas à vigência deste.

4.5.2.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, o prazo de vigência tratado acima deverá ser, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias superior ao do instrumento a que se refere.

4.5.2.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia acompanhará as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso ou de nova apólice pela seguradora.

4.5.2.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o Contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

4.5.3.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.5.4. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o Contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser acrescido ao valor da garantia.

4.5.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.5.6. Deverão ser destacados e especificados no instrumento de garantia os valores e vigências das cláusulas referentes a riscos, no caso em que o contrato contemplar matriz de riscos.

4.5.7. A garantia oferecida poderá ser substituída por outra de modalidade diferente em virtude de mudança de seguradora ou instituição bancária, acréscimo ou redução do valor previsto no contrato, bem como no caso prorrogação;

4.5.7.1. A substituição deverá ser autorizada pelo Contratante e conterá os dados necessários da garantia a ser substituída;

4.5.7.2. No caso da substituição da garantia contratual prestada na modalidade caução, o processo de devolução deverá ser aberto a pedido do Contratado.

4.5.8. Nos casos de aditamento do contrato com alteração de valor e/ou prorrogação de vigência, o Contratado entregará ao Contratante a comprovação do recolhimento da garantia, de acordo com a modalidade escolhida, antes da assinatura do aditamento e/ou do início da prorrogação.

4.5.8.1. No aditamento do valor contratual, a garantia apresentada pelo Contratado deverá contemplar o valor original acrescido dos reforços.

4.5.8.2. Nos casos de prorrogação de vigência em que também haja aditamento no valor contratual, deve-se considerar, para fins de comprovação do recolhimento da garantia, o prazo anterior à assinatura do aditamento.

4.5.9. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.5.5.

4.5.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.5.11. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva do Contratante.

4.5.11.1. A devolução da caução em dinheiro será realizada mediante depósito em conta bancária, com correção monetária, até o mês da disponibilização, pelos índices oficiais adotados para atualização dos débitos com a Fazenda Pública Municipal.

4.5.11.2. É responsabilidade exclusiva do contratado solicitar a restituição da caução em dinheiro, respeitado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

5.2. Condições de Entrega

5.2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1.1. Os veículos deverão ser entregues na cidade de Belo Horizonte, em local a ser definido pela Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte – SUMOB, para serem submetidos a processo de vistoria técnica e checagem de itens previstos.

5.2.1.1.1. Os veículos serão distribuídos para operação conforme a quantidade de carregadores elétricos alocados em cada local, na proporção de 4 (quatro) veículos para cada carregador.

5.2.1.1.1.1. A distribuição dos veículos por carregador se dá em razão do seguinte cálculo:

Dados:

A- Percurso médio diário: 180 km.

B- Reserva técnica de bateria: 20%.

C- Consumo médio: 1,30 kWh/km.

D- Carregador: 150 kWh.

E- Perda de capacidade da bateria ao final da vida útil: 20%.

F- Tempo médio de disponibilidade em garagem entre viagens: 8h.

G- Número de conectores por carregador (em paralelo): 2.

H- Autonomia teórica (AT):

$$AT = A \times B \times E$$

$$AT = 180 \times 1,20 \times 1,20 = 259,2 \text{ km}$$

I- Bateria Mínima (BM):

$$BM = AT \times C$$

$$BM = 259,2 \times 1,30 = 336,96 \text{ kWh}$$

J- Tempo de carregamento (TC):

$$TC = (BM \times (1 - B)) / (D/G)$$

$$TC = (336,96 \times (1 - 0,20)) / (150/2) = 3,59\text{h}$$

K- Quantidade de veículos por carregador (QC):

$$QC = F / TC \times G$$

$$QC = 8 / 3,59 \times 2 = 4,457 \text{ veículos}$$

5.2.1.2. Os veículos deverão atender a todos os requisitos técnicos previstos neste Termo, no Manual de Especificações – Apêndice I e no Layout para os Ônibus Elétricos – Apêndice II.

5.2.1.3. A quantidade de veículos novos a serem fornecidos e o prazo para sua entrega estão detalhados no cronograma da tabela a seguir.

Lote	Quantidade de veículos e prazos de entrega					
	Quantidade de veículos	OF n.º 01 - Entrega até 150 dias após a emissão da OF n.º 01	OF n.º 02 - Entrega até 210 dias após a emissão da OF n.º 01	OF n.º 03 - Entrega até 270 dias após a emissão da OF n.º 01	OF n.º 04 - Entrega até 330 dias após a emissão da OF n.º 01	OF n.º 05 - Entrega até 390 dias após a emissão da OF n.º 01
1	20	2	4	8	4	2
2	20	2	4	8	4	2
3	20	2	4	8	4	2
4	20	2	4	8	4	2
5	20	2	4	8	4	2

5.2.2. O prazo estipulado poderá ser prorrogado, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

5.2.2.1. A aceitação da prorrogação do prazo de entrega pela área demandante, por solicitação do contratado, realizada antes de finalizado o prazo de entrega, não implicará a impossibilidade de aplicação de eventual penalidade pela mora do Contratado.

5.2.3. Os ônibus deverão ser entregues no interior dos locais designados para a entrega.

5.2.3.1. Os ônibus deverão ser entregues, dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio.

5.2.3.2. Os ônibus deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e limpeza. Os bens danificados não serão recebidos.

5.3. Garantia, manutenção e/ou assistência técnica

5.3.1. O prazo de garantia, complementar à garantia legal, será conforme o listado a seguir, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento provisório.

5.3.1.1. Garantia Chassi

- a) Garantia básica de 2 anos ou 130 mil km;
- b) Garantia de 8 anos ou 600 mil km para bateria de tração e trem de força, mantendo pelo menos 80% da capacidade de carga total;
- c) Garantia de 8 anos ou 600 mil km para os componentes de alta-tensão;
- d) Garantia de 2 anos ou 200 mil km para os sistemas de freio e direção;
- e) Garantia de 2 anos ou 200 mil km para componentes da suspensão;
- f) Garantia de 2 anos ou 200 mil km para os eixos dianteiro e traseiro;
- g) Garantia de 2 anos ou 200 mil km para o sistema de arrefecimento;
- h) Garantia de 2 anos ou 200 mil km para peças de reposição e outros equipamentos para carregamento e diagnóstico.

5.3.1.2. Garantia Carroceria

a) Garantia total de no mínimo 2 (dois) anos de operação ou 150.000 (cento e cinquenta mil) km e assistência técnica, consoante ao prazo de garantia da carroceria ofertada.

5.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter o veículo em perfeitas condições, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do equipamento pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.3.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir as irregularidades apresentadas apontadas pelo Contratante.

5.3.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação dos veículos.

5.3.6. O Contratado, após ser notificado, deverá efetuar o reparo ou a substituição do equipamento que apresentar vício ou defeito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para atividades de natureza simples e rotineira, a exemplo da substituição de peças ou componentes. Os prazos para as demais situações estarão sujeitos à apresentação de justificativa formal.

5.3.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.3.8. A assistência técnica deverá ser prestada às custas e planejamento do Contratado, conforme Plano de Manutenção que deverá ser apresentado na entrega técnica do veículo, devendo ser prestada durante os 2 (dois) primeiros anos, contados a partir do recebimento definitivo do veículo.

5.3.8.1. A gestão da manutenção dos veículos será de responsabilidade dos operadores, competindo a estes o acompanhamento, a execução e o controle das atividades de manutenção preventiva e corretiva, em conformidade com o Plano de Manutenção apresentado pelo Contratado, sem prejuízo da assistência técnica e das garantias previstas.

5.3.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado

a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou substituição de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos veículos.

5.3.10. O custo referente ao transporte dos veículos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.3.11. A garantia legal ou contratual dos veículos tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.4 Treinamento

5.4.1. Após a efetiva entrega dos veículos, o Contratado deverá promover treinamentos técnicos e práticos de operação, procedimentos de emergência e direção econômica dos veículos destinados aos operadores, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas para motoristas, incluindo todos os materiais didáticos necessários. Também deverá ser fornecido treinamento completo de manutenção e segurança, bem como todos os materiais didáticos necessários, para mecânicos, eletricitas, almoxarifes, chapeadores e pintores.

5.4.1.1. O treinamento de manutenção deverá contemplar minimamente os seguintes itens:

- a) Manutenção de pista (suspensão, eixos, direção);
- b) Sistema de tração (trem de força);
- c) Sistema de freio e circuitos pneumáticos;
- d) Eletricidade veicular;
- e) Revisão diária e periódica;
- f) Utilização dos carregadores

5.4.1.2. Os treinamentos deverão ser ministrados na cidade sede do Contratante, nas garagens dos operadores.

5.4.2. O treinamento deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a aceitação de cada entrega e a capacitação deve abranger, no mínimo, 20 (vinte) operadores.

5.4.3. A data e o horário do treinamento serão definidos em conjunto com a SUMOB e as empresas operadoras. O treinamento deverá ser realizado preferencialmente de segunda a sexta-feira, em horário comercial (das 8h às 18h). Outros horários, bem como a realização aos sábados e domingos, podem ser admitidos mediante acerto prévio entre as partes.

5.4.4. O Contratado deverá disponibilizar material didático e suporte técnico para esclarecimento de dúvidas durante o período de garantia.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, dentro dos limites previstos em lei.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal n.º 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei n.º 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Aprovação de Especificações Técnicas

7.1.1. Em um prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da Ordem de Fornecimento, o Contratado deverá apresentar, em meio digital, o *layout* e projeto executivo para atender a quantidade de passageiros por veículo definida e obter aprovação do Contratante quanto à adequação aos requisitos definidos neste Termo de Referência e no Apêndice I – Manual de Especificações para Ônibus Elétricos.

7.1.1.1. Este prazo de entrega está considerado no prazo total de entrega dos lotes.

7.1.2. O Contratante, com apoio do OPERADOR, quando aplicável, terá 5 (cinco) dias úteis para revisão e aprovação do referido projeto apresentado pelo Contratado. Em caso de não aprovação, caberá ao Contratante a elaboração de parecer técnico indicando as alterações necessárias. O Contratado terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a análise do parecer técnico relacionado às necessidades de adequação do projeto executivo e do layout, alterado conforme as exigências cabíveis.

7.1.3. Esses procedimentos se repetirão até a efetiva aprovação, por parte do Contratante, do projeto executivo e do layout dos veículos, sem gerar alterações no valor de venda ofertado ou prazos definidos na Ordem de Fornecimento pelo Contratado. Assim que houver efetiva aprovação, o Contratado estará apto para iniciar a entrega da frota.

7.1.4. É de responsabilidade do Contratado negociar e financiar a aquisição dos diferentes componentes dos veículos, bem como supervisionar a fabricação dos mesmos incluindo chassis, montagem da carroceria, entre outros itens inerentes à disponibilização da frota em conformidade com especificações definidas pelo Contratante, fazendo com que os fabricantes corrijam qualquer defeito na frota antes de sua entrega a Contratante ou operador designado por este. É ainda de responsabilidade da Contratada assegurar que toda a frota disponibilizada esteja devidamente regularizada no que tange à homologação, licenciamento nos órgãos federais e estaduais competentes responsáveis pelo registro de veículos.

7.2. Do Testes de fabricação e pré-séries

7.2.1. A exigência de vistorias de fabricação se justifica em função da necessidade de vistorias prévias para conhecimento de fabricação e componentes, bem como ajustes de características de elementos específicos à operação de transporte público de Belo Horizonte, conforme inciso II, art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Poderá ser produzido um ônibus veículo protótipo ou cabeça de série.

7.2.2.1. Se houver necessidade, o Contratado deverá agendar pelo menos 2 (duas) vistorias técnicas à fábrica, para uma equipe de até 4 (quatro) pessoas, antes da entrega definitiva dos veículos adquiridos.

7.2.2.1.1. Essa equipe avaliará itens de mecânica e carroceria do ônibus quanto a sua adequação ao que foi solicitado no Apêndice I – Manual de Especificações para Ônibus Elétricos, às normas e leis vigentes e ao padrão de qualidade da empresa.

7.2.2.1.2. Todas as solicitações feitas por essa equipe, visando a adequação de algum item aos pontos citados anteriormente, deverão ser atendidas tanto no ônibus veículo protótipo ou cabeça de série quanto em todos os demais a serem produzidos.

7.2.2.1.3. Técnicos do fabricante do chassi e carroceria deverão aprovar o projeto e acompanhar o encarroçamento do veículo.

7.2.2.1.4. Alterações solicitadas deverão ser formalizadas com as devidas justificativas, juntadas ao processo conforme legislação.

7.2.2.1.5. Para os casos em que as vistorias precisem ser realizadas em locais fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, os custos de deslocamento e hospedagem deverão ser arcados integralmente pelo Contratado.

7.2.2.1.6. A programação das visitas deverá ser agendada com, pelo menos, 30 dias de antecedência.

7.3. Recebimento do Objeto

7.3.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus Apêndices e na proposta do Contratado.

7.3.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus Apêndices e na proposta do Contratado, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do Contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após

a verificação da especificação, qualidade e quantidade do(s) bem(ns) e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.3.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à especificação, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133/2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.5. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. Liquidação

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.2.1. o prazo de validade;

7.4.2.2. a data da emissão;

7.4.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.2.5. o valor a pagar; e

7.4.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.4.2.6.1. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:

a) A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB n.º 1234 de 2012 de acordo com o artigo 1º, §1º do Decreto Municipal 18.272/23 e Portaria SMFA n.º 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB n.º 1234.

b) As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 1º, §3º do Decreto Municipal 18.272/23 c/c artigo 4º da IN RFB n.º 1234.

7.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.4.4. A Administração deverá realizar consulta ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.4.4.1. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

7.4.4.2. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.4.4.3. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.4.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SUCAF e/ou SICAF e/ou CAGEF.

7.5. Prazo de pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa, pela Diretoria de Administração e Finanças da SUMOB.

7.5.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução e conter as retenções e descontos previstos na legislação fiscal.

7.6. Forma de pagamento

7.6.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O(s) Contratado(a) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.2. O licitante poderá apresentar proposta para todos os lotes ou apenas para o(s) lote(s) de seu interesse.

8.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, os quais deverão comprovar sua regularidade na data da abertura do certame, nos termos do art. 34 c/c § 6º-A do art. 37 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) do Licitante, conforme modelo disponibilizado no Apêndice IV – Declarações

8.2.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.2.3.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

8.2.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.

a.1. Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou
- d) na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.

a.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou no exercício anterior, e que ainda estejam dentro do prazo legal para a elaboração do balanço patrimonial deverão apresentar o balanço de abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado/autenticado no órgão de registro equivalente.

a.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.4. Os Balanços Patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

a.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.2.3.3. Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.2.3.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da proposta ofertada, por lote.

8.2.3.3.2. Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos dos índices, caso estes não sejam apresentados.

8.2.4. Qualificação Técnica

8.2.4.1. Comprovação de aptidão para a fornecimento de ônibus elétricos, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, atendendo ao quantitativo mínimo de 2 (dois) ônibus elétricos, por lote ofertado.

8.2.4.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido no subitem anterior, a apresentação e o somatório de diferentes atestados ou certidões relativos a contratos executados de forma concomitante.

8.2.4.1.2. Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.4.1.3. Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do(s) Órgão(s) ou da(s) Empresa(s) que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ do(s) mesmo(s) ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.

8.2.4.1.4. Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.

8.2.4.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.4.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução juramentada para o português, conforme Capítulo VII da Lei Federal 14.195/2021 e artigo 192 do Código de processo civil, Lei Federal 13.105/2015.

8.2.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) do Licitante, conforme modelo disponível no Apêndice IV – Declarações

8.2.6. Não será exigida a apresentação de declarações que já tenham sido prestadas via sistema.

8.3. Dos critérios de aceitabilidade da proposta

8.3.1. Após a convocação pelo Pregoeiro, o licitante deverá apresentar Proposta Ajustada, conforme modelo constante no Apêndice III.

8.3.2. A proposta de preços deverá conter, no mínimo:

8.3.2.1. Razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.3.2.2. Modalidade e número da licitação;

8.3.2.3. Especificação sucinta do objeto licitado;

8.3.2.4. Marca e Modelo do objeto ofertado;

8.3.2.5. Valor total do lote, discriminando o valor unitário;

8.3.2.5.1. O valor unitário deve ser apresentado em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 2 (duas) casas decimais.

8.3.2.5.2. O valor total deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 2 (duas) casas decimais.

8.3.2.5.2.1. Quando a divisão do valor total pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de 2 (duas) casas decimais. O valor total de cada item obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

8.3.2.6. Declaração de validade da proposta de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura.

8.3.3. O licitante deverá apresentar, ainda, juntamente com a Proposta Ajustada:

- a) Prospecto Técnico Ilustrativo e/ou Catálogo do objeto contendo a(s) especificação(ções) técnica(s) para análise e conferência com a(s) especificação(ções) do produto licitado.
- b) DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) do Licitante, declarando que, caso seja Contratado, possuirá rede autorizada para assistência técnica e manutenção dos ônibus em Belo Horizonte ou região metropolitana, ainda que não seja sediado nesta Capital – Apêndice IV.
- c) Declaração de conhecimento e pleno atendimento às especificações técnicas dos veículos, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) do Licitante, conforme Apêndice IV.

8.3.3.1. Será desclassificada a proposta cujo prospecto e/ou catálogo estejam em desacordo com a(s) especificação(ções) técnica(s).

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Das obrigações do Contratado

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus Apêndices, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.2. Entregar os bens de acordo com as especificações constantes no subitem 1.1 deste Termo de Referência e nos Apêndices I e II.

9.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.

9.1.4. Garantir a boa qualidade dos bens entregues.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.1.9. Confirmar o recebimento das Ordens de Fornecedor encaminhadas por e-mail ou outro meio eficaz, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

9.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no inciso XVI do artigo 92 da Lei n.º 14.133/2021.

9.1.11. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.14. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

9.1.15. Comunicar ao Contratante a ausência do produto contratado no mercado, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado.

9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.1.17. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.1.18. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato.

9.2. Das obrigações do Contratante

9.2.1. Receber o objeto dentro do prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado.

9.2.3. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.4. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, dentro do prazo e na forma estabelecidos no Termo de Referência.

9.2.5. Comunicar ao Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 322.660.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta mil reais.), sendo este valor dividido em 5 (cinco) lotes.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação(ões) orçamentária(s):

a) Dotação1: R\$ 317.078.900,00 - 3500.1100.26.452.305.2910.0012.449052.24.1.754.790 - CO 0000 - Reduzido: 35000022;

b) Dotação 2: R\$ 5.581.100,00 - 3500.1100.26.452.305.2910.0012.449052.24.1.754.790 - CO 9000 - Reduzido 35000023

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/ FISCALIZAÇÃO: Diretoria de Planejamento e Controle da Mobilidade – DPMO da SUMOB.